

História da História (1950/60)

História e Estruturalismo: Braudel *versus* Lévi-Strauss

History of the history (1950/60)
History and structuralism: Braudel *versus* Lévi-Strauss

José Carlos Reis

Professor do departamento de história
Universidade Federal de Minas Gerais
jkrs@uol.com.br
Rua Mangabeira, 436/401 - Santo Antônio
Belo Horizonte - MG
303050-170

Resumo

O objetivo deste artigo é retomar e refletir sobre o intenso debate entre Antropologia e História nas décadas de 1950/60 sobre o conhecimento histórico. A Antropologia Lévi-Straussiana obrigou a história a se colocar algumas questões sobre as articulações entre evento e estrutura, novidade e repetição, consciência e inconsciente, singular e universal, sincronia e diacronia. A resposta dos historiadores dos Annales foi dada por Fernand Braudel.

Palavras-chave

Estruturalismo; Escola dos Annales; Tempo histórico.

Abstract

The aim of this article is retakes and reflects about the intense debate between Ethnology and History in the 1950/60 decades about the historical knowledge. The *Levi-straussienne* Ethnology has obliged the History to put some questions about the articulations between event and structure, newness and repetition, conscience and inconscient, singular and universal, sinchrony and diachrony. The answer of the Annales historians was donne by Fernand Braudel.

Keyword

Structuralism; Annales; Historical time.

Enviado em: 19/03/2008
Aprovado em: 11/07/2008

Há cerca de 2500 anos, a história, a etnologia e a geografia nasceram juntas, trigêmeas e siamesas, filhas do mesmo pai: Heródoto de Halicarnasso. Desde então, lutam para se separar física-institucionalmente e para se distinguirem epistemologicamente. Durante dois milênios, a história venceu este combate, pois se dedicou à genealogia e ao elogio dos vencedores. Mas, a etnologia permaneceu viva entre as suas dobras e fissuras e, recentemente, nos anos 1950/60, sob o impacto da maré estruturalista, cuja onda mais alta e mais forte foi a obra de Lévi-Strauss "*Antropologia Estrutural*", publicada em 1958 (a introdução "*História e Etnologia*" foi publicada pela primeira vez como artigo na *Revue de Méthaphysique et Morale*, em 1949), ela reapareceu com força, recomeçando a luta original entre os saberes sobre os homens em sociedade e relançando os historiadores em sua permanente e saudável crise acerca do conhecimento que produzem. A antropologia Levi-straussiana forçou a historiografia a se colocar os seguintes problemas: o conceito de "estrutura" seria compatível com o de "história" ou se excluiriam? A proposta de uma "história estrutural" não seria contraditória? Os homens fazem a história e não sabem ou a fazem e sabem que a fazem? A percepção de uma "estrutura social" não importaria o determinismo e aboliria a liberdade individual? Seria possível a emergência do novo ou toda novidade seria aparente, pois apenas o desdobramento do mesmo? (Lévi-Strauss, 1958)

09

Estas questões reapareceram porque Lévi-Strauss pôs em dúvida a cientificidade da história e até mesmo a sua possibilidade como saber. Em defesa do renascimento da etnografia e da etnologia, ele atacou a sociologia e a história. Da sociologia, cujo pai talvez possa ter sido Tucídides, ele se livrou rapidamente. Para ele, a sociologia não havia atingido o sentido de *corpus* do conjunto das ciências sociais como para ela aspiraram Durkheim e Simiand. Ela se confunde com a filosofia social, quando reflete sobre os princípios da vida social e sobre as idéias que os homens têm dela ou se reduz a uma especialidade menor da etnografia, quando faz pesquisas positivas sobre a organização das sociedades complexas. Para Lévi-Strauss, se algum dia a sociologia vier a integrar os resultados das pesquisas sobre as sociedades primitivas e complexas, oferecendo conclusões universalmente válidas, ela merecerá o lugar de coroamento da pesquisa social que foi sonhado para ela por Durkheim e Simiand. Mas, ela ainda não obteve este sucesso e poderia ser ou substituída ou absorvida pela etnologia. Quanto à história, ele parecia querer substituí-la pela etnografia, definida como "*observação e análise dos grupos humanos em sua particularidade, visando a reconstrução tão fiel quanto possível da sua vida*". A etnologia (ou antropologia, para os países anglo-saxões) faria a análise dos documentos apresentados pelo etnógrafo. Antes de Lévi-Strauss, os sociólogos durkheimianos já tinham posto o historiador na posição de coletor de fontes, atribuindo-se a "condição superior" de teórico e analista das fontes. Agora, em Lévi-Strauss, o etnógrafo parece substituir o historiador e o etnólogo-antropólogo substituiria o sociólogo.

Contudo, se o ataque à sociologia foi aparentemente rápido e fácil, o ataque à história lhe deu mais trabalho. Lévi-Strauss é ambíguo em sua avaliação da relevância da história. Se, por um lado, sustenta que *"história e etnologia não podem nada uma sem a outra"*, *"que os procedimentos são indissociáveis"*, que as duas juntas são como *"Janus de duas faces"*, por outro, pode-se perceber um forte mal-estar com a hegemonia da história entre as ciências sociais. Ele protesta contra o tratamento especial que alguns filósofos, especialmente Sartre, com quem dialoga também rispidamente, dão ao tempo e à história, que considera um preconceito contra os homens primitivos e arcaicos, ditos "sem história", um etnocentrismo injustificável. Para ele, o etnólogo respeita a história, mas não lhe dá um valor privilegiado. Ele a concebe como pesquisa complementar à sua: a história desdobra as sociedades no tempo; a etnologia, no espaço. (E a geografia faria o quê?) Para ele, a história não merece ter mais prestígio porque o tempo e a diacronia não oferecem uma inteligibilidade superior à da sincronia e do espaço. O prestígio da história viria do fato de se prestar a um equívoco: ela oferece uma "ilusão de continuidade", apoiada em uma outra ilusão interna, a de que o eu é contínuo. A etnologia oferece, ao contrário, um sistema descontínuo, as diversas sociedades no espaço, e não aceita a ilusão da continuidade do eu, que é constituído mais pela exterioridade social do que pela consciência de si.

Para ele, geralmente se define história e etnologia afastando-as de tal forma que chegam a se opor:

a) a história trata de sociedades complexas e evoluídas, cujo passado é atestado por arquivos, e a etnologia trata das sociedades impropriamente ditas "primitivas, arcaicas, sem escrita", com um passado de difícil apreensão, tendo que reduzir o seu estudo ao presente;

b) a história privilegia os fatos produzidos pelas elites e a etnologia os fatos da vida popular, costumes, crenças, relações elementares com o meio;

c) a etnologia estuda as "sociedades frias" (sem história) e a história as "sociedades complexas ou quentes" (históricas). (Lévi-Strauss, 1958)

Lévi-Strauss, num primeiro momento de paz, contesta estas distinções e oposições, pois acredita que a história e a etnologia podem e devem trabalhar juntas: *"o conhecimento da estrutura não significa renúncia a conhecer a sua evolução"*, *"a análise estrutural e a pesquisa histórica fazem bom casamento"*, *"é preciso ultrapassar o dualismo entre evento e estrutura"*, *"a busca de uma ordem e a exaltação dos poderes criadores dos indivíduos não são excludentes"*, *"a história só faz sentido próxima do estruturalismo"* e, citando Febvre e Bloch, afirma que toda boa obra histórica é etnológica. Neste momento de brandura, Lévi-Strauss propõe a pesquisa interdisciplinar entre história e etnologia ao defender a possibilidade de uma "história estrutural".

Contudo, este momento de aceitação romântica da companhia da história pela etnologia não é permanente. Logo, Lévi-Strauss passa ao ataque mais raivoso contra a historiografia:

1º) ele é cético, agnóstico, em relação à possibilidade do conhecimento dos fatos do passado. Para ele,

a) o fato histórico nunca é o que se passou, pois é constituído abstratamente pelo historiador. O historiador é um *bricoleur*. Tanto ele quanto o agente histórico escolhem, recortam, são parciais. Uma "visão total" do acontecido é impossível. As interpretações jacobina e aristocrática da Revolução Francesa são opostas e verdadeiras. A Revolução Francesa tal como se fala jamais existiu. O conteúdo factual não sustenta uma narrativa verdadeira;

b) é ilusório e contraditório conceber o devir como um desenvolvimento contínuo, desde a pré-história. As datas são separadas como os números: não se passa de uma à outra. Há descontinuidade entre as evoluções. Esta ideologia do progresso se refere à Europa e impõe o seu domínio sobre realidades sociais que desconhecem continuidade e progresso;

c) os registros históricos nada mais são do que interpretações, tanto no estabelecimento dos eventos quanto nas avaliações deles. A coerência formal de qualquer narrativa histórica é um "esquema fraudulento" imposto pelo historiador aos dados. Um fato histórico acontece, mas onde aconteceu? Qualquer episódio histórico pode ser decomposto em uma multidão de momentos psíquicos e individuais. Os fatos históricos não são dados ao historiador, mas construídos por ele. A história é mítica;

11

d) O historiador tem que escolher entre explicar bem e, para isso, diminuir o número de dados, ou aumentar o número de dados e explicar menos. Uma "história detalhada" não melhora a compreensão do passado, dificulta. Se quiser narrar a mudança, o historiador está condenado ao Castigo de Sísifo. A realidade não é um agregado de unidades elementares: fatos, símbolos, idéias. Não há mensagem pontual, mas um sistema subjacente. (Lévi-Strauss, 1958; White, s/d)

2º) Lévi-Strauss opõe e sobrepõe o conhecimento da estrutura inconsciente, produzido pela etnologia, ao conhecimento da diacronia superficial dos fatos, produzido pela história:

Ele retira o valor cognitivo da temporalidade, que a história privilegia. Para ele, a diferença essencial entre a história e a etnologia não é nem de objeto e nem de objetivo. Ambas têm o mesmo objeto, a vida social, e o mesmo objetivo, uma melhor compreensão do homem. Elas se distinguem pela escolha de "perspectivas complementares": a história trata de expressões conscientes e a etnologia trata "*das condições inconscientes da vida social*". A etnologia é o estudo da cultura ou civilização: crenças, conhecimentos, artes, moral, direito, costumes, hábitos, para os quais é difícil obter uma justificação racional. Os indígenas dirão que os homens sempre foram assim, por ordem de Deus ou ensinamento dos ancestrais. Quando há interpretação são apenas elaborações secundárias, racionalizações. As razões inconscientes de um costume permanecem inconscientes. Os homens não buscam uma legislação racional para a sua ação. O pensamento coletivo escapa à reflexão. Os fenômenos

culturais têm uma natureza inconsciente como a da linguagem. A estrutura da língua permanece desconhecida daquele que a fala e ela impõe ao sujeito quadros conceituais que são tomados como categorias objetivas.

O lingüista faz uma "comparação real". Das palavras, ele extrai a realidade fonética do "fonema"; deste, a realidade lógica de elementos diferenciais. E quando ele reconhece em vários lugares a presença dos mesmos fonemas ou o emprego dos mesmos pares de oposição, ele não compara seres individualmente distintos entre si: é o mesmo fonema, o mesmo elemento, que garante a identidade profunda a objetos empiricamente diferentes. Não se trata de dois fenômenos semelhantes, mas de um único. A atividade inconsciente do "espírito" impõe formas a um conteúdo e são as mesmas formas para todos os espíritos, antigos e modernos, civilizados e primitivos. A estrutura inconsciente é que explica as mesmas instituições e costumes em lugares/épocas diferentes.

Jean Piaget, procurando definir mais sistematicamente o conceito fugidio de "estrutura", chegou às seguintes características:

a) é um "sistema", uma coerência, que comporta leis que conservam o sistema, enriquecendo-o pelo jogo de suas transformações sem fazer apelo a elementos exteriores;

b) é uma "totalidade", os elementos constituem um todo, submetidos às leis de composição do sistema. Os elementos são relacionais;

c) ela se "transforma": as leis de composição são estruturadas e estruturantes. O sistema sincrônico da língua não é imóvel e repele ou aceita inovações. Há um equilíbrio diacrônico, uma reorganização, uma reestruturação. As estruturas são intemporais, lógico-matemáticas;

d) ela se "autoregula": elas são fechadas e as transformações não levam para fora de suas fronteiras. Uma subestrutura pode entrar em uma estrutura maior, mas isto não anula as suas leis internas. Há auto-regulação lógico-matemática

e) permite a "formalização", que é obra do teórico e pode traduzir-se em equações lógico-matemáticas ou em um modelo cibernético. Mas, a estrutura é independente do modelo e pertence ao domínio particular da pesquisa. (Piaget, 1970)

Contudo, qual é a via para se atingir esta estrutura inconsciente? Por um lado, Lévi-Strauss continua valorizando a história, porque para a análise das estruturas sincrônicas é necessário recorrer a ela. A história mostra a superfície da sucessão de instituições, dos acontecimentos, permitindo à etnologia perceber abaixo deles a estrutura subjacente e a ordem permanente. Este "esquema subjacente" se reduz a algumas relações de correlação e oposição inconscientes. Fatores históricos múltiplos como guerras, migrações, pressão demográfica, fazem desaparecer clãs e aldeias, mas a organização social profunda e complexa permanece. Apesar dos eventos históricos, aparentemente desestruturantes, a estrutura inconsciente sempre se reestrutura, se reorganiza e se restabelece.

Mas, por outro lado, o estruturalismo de Lévi-Strauss é sobretudo anti-histórico. Se a etnologia estrutural não é indiferente aos processos históricos e às expressões conscientes, ela os leva em conta para eliminá-los. Sua finalidade é atingir, além da imagem consciente e sempre diferente que os homens formam de seu devir, um inventário de possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado e que oferecem uma arquitetura lógica do desenvolvimento histórico, que pode ser imprevisto, mas não arbitrário. Para Lévi-Strauss, a frase de Marx "*os homens fazem a história, mas não sabem que a fazem*", justifica primeiro a história e, depois, valoriza sobretudo a etnologia.

Lévi-Strauss acredita na perenidade da natureza humana, que se revela na ordem mental, intelectual. O intelecto humano é permanente e se impõe sobre a mudança. Para ele, o social não predomina sobre o lógico-intelectual. As estruturas lógicas das normas e costumes abolem a mudança histórica. A busca da inteligibilidade não chega à história; parte dela, para aboli-la. O espírito humano é sempre idêntico a si mesmo e predomina sobre o social e o histórico. A história não diferencia o "selvagem" e o "civilizado", pois têm a mesma estrutura lógico-intelectual, que torna irrelevante a sua aparente diferença histórica. Lévi-Strauss prefere distinguir as sociedades "arcaicas" das "históricas" pela relação que mantêm com a temporalidade. Para ele, o que as separa não é o fato de serem umas "quentes" e outras "frias", umas "primitivas" e outras "civilizadas". Para ele, todas as sociedades são históricas. Entretanto, algumas o admitem francamente, enquanto por outras a historicidade é rejeitada e ignorada. As sociedades mitológicas negam a história, o ritual suprime o tempo transcorrido. A história se anula a ela mesma. O tempo é melhor quando suprimido e não quando é reencontrado. Os mitos foram criados para o enfrentamento, pela sua supressão, das sacudidas e da fricção dos eventos. O mito é contra a mudança histórica. A mitologia resiste à mudança histórica ao reequilibrar o sistema. (Lévi-Strauss, 1971)

13

Para nós, Lévi-Strauss deixou-se influenciar pelo seu objeto de estudo, as "sociedades arcaicas ou primitivas" e absorveu a sua representação do tempo e da história. Ele se opôs ao Iluminismo europeu, à utopia socialista moderna, ao sonho revolucionário da sua época, recorrendo à representação do tempo e da história dos indígenas bororó. Para ele, o objetivo das ciências humanas não é constituir o homem ou levá-lo à realização final em uma sociedade moral, mas "dissolvê-lo". A análise etnográfica não visa a produção da mudança, mas quer atingir invariantes que revelem a ordem subjacente à diversidade empírica das sociedades humanas. A etnologia quer reintegrar a cultura na natureza, a vida em suas condições físico-químicas. Para ele, "dissolver" não significa destruir as partes do corpo submetido à ação de outro corpo. A solução de um sólido em um líquido apenas modifica o agenciamento de suas moléculas. A idéia da humanidade integrada à natureza pela etnologia é contra o projeto cristão-iluminista, que via a história como a via real para a emancipação da humanidade. Lévi-Strauss quer compreender a vida como uma função da matéria inerte.

Para ele, a explicação científica não consiste em passar de uma complexidade a uma simplicidade, mas na substituição de uma complexidade menos inteligível por outra mais inteligível. (Lévi-Strauss, 1962)

Conclusão: para ele, a complexidade mais inteligível é a história sob o domínio ("dissolvida") das estruturas permanentes da natureza. A história como diacronia e mudança é incognoscível, pois é apenas a superfície das estruturas naturais profundas. Para nós, Lévi-Strauss, em certa medida, foi vítima do seu "método empático", da sua "observação participante". Ele se deixou seduzir e dominar pela representação do tempo e da história dos indígenas que estudava. E com este excesso de "empatia" e "participação", ele, o sujeito da pesquisa, perdeu o seu controle e se deixou "dissolver" no seu objeto-sujeito de análise. Ele entrou com uma representação européia na aldeia e saiu "convertido" pelo "bom selvagem brasileiro", para quem a mudança histórica é motivo de medo e angústia e cuja utopia é integrar-se o mais radicalmente à ordem natural. Para o indígena, a ordem natural é a ordem verdadeiramente sagrada e Lévi-Strauss, talvez, tenha reconhecido em sua representação do tempo e da história a promessa de uma emancipação da humanidade mais profunda e serena, menos dramática e sangrenta, do que a prometida pelo projeto revolucionário europeu. Ele aderiu ao modelo de "representação fria" da história ao abolir a temporalidade. Teria Lévi-Strauss se transformado em um "indígena brasileiro"? Afinal, Rousseau também fora seduzido pelo ideal do "bon sauvage" e o Brasil se consolida como exportador de matriz cultural para a civilização européia!

14

Enfim, em Lévi-Strauss, a etnologia se opõe radicalmente à história em três aspectos: *institucionalmente*, porque disputa a preeminência entre as ciências sociais, para controlar as instituições de ensino e pesquisa; *epistemologicamente*, porque se opõe à história progressiva, evolutiva, teleológica, que considera ideológica e não científica, e propõe a busca da ordem subjacente, imóvel, permanente, que permite uma análise matemática, científica; *politicamente*, porque se opõe ao projeto utópico-revolucionário da modernidade, que acelera a história com a produção de eventos dramáticos, e propõe uma desaceleração conservadora da história com a sua dissolução na ordem natural-sagrada.

A Réplica dos Historiadores: Braudel e a Defesa da "História Estrutural"

A resposta dos historiadores a Lévi-Strauss foi dada por Fernand Braudel em seu artigo "A Longa Duração", publicado na revista *Annales ESC*, em 1958, e republicado posteriormente na coletânea "Escritos sobre a História". Este é um dos capítulos mais importantes da história da historiografia contemporânea, que todo historiador não pode desconhecer. Na primeira metade do século XX, os *Annales* defenderam a história contra os ataques dos sociólogos durkheimianos e dos filósofos e antropólogos estruturalistas. Foi uma época de "combates e apologias da história", sob a liderança de Lucien Febvre e Marc

Bloch. Uma estratégia freqüentemente usada pelos Annales é transformar os seus fortes adversários em aliados, como fizeram com Durkheim e Simiand, que foram ao mesmo tempo combatidos e recebidos e apropriados. Braudel usará esta mesma estratégia com Lévi-Strauss ao explorar a sua ambigüidade em relação à história e fazer o seu elogio do historiador. Como vimos, o próprio Lévi-Strauss já duvidava da sua rejeição da história quando sustentou em diversos momentos que "a história e a etnologia deviam trabalhar juntas", "que o conhecimento da estrutura não significava renúncia a conhecer a sua evolução", "que a análise estrutural e a pesquisa histórica fazem bom casamento". Os Annales e Braudel irão argumentar a favor da história nessa direção: é preciso evitar o dualismo entre evento e estrutura. A história é o conhecimento da "dialética da duração" e em sua articulação de durações o evento não se opõe à estrutura. (Braudel, 1969)

15

Ao mesmo tempo em que combate o seu estruturalismo anti-histórico, Braudel procura reconhecer a importância da avaliação feita por Lévi-Strauss da historiografia. Mas, para ele, Lévi-Strauss, ao chamar a atenção para o lado estrutural da vida dos homens, não estava trazendo nenhuma novidade, pois os Annales já faziam o entrelaçamento de evento e estrutura desde os anos 20 em obras monumentais como "O Problema da Descrença no Século XVI, a Religião de Rabelais", de Febvre, e "Os Reis Taumaturgos", de Bloch. Portanto, a rigor, o historiador não tinha muito a aprender com Lévi-Strauss, pois já praticava uma "história estrutural" consistente e fecunda há muito tempo, sob a influência de Saussure, Durkheim e Vidal de la Blache. Ao contrário, Lévi-Strauss, sim, teria muito a aprender com os historiadores dos Annales, pois equivocava-se ao desvalorizar a dimensão temporal, que os historiadores sempre privilegiaram. Aliás, todos os cientistas sociais deveriam ler os historiadores dos Annales para compreenderem a importância central da dimensão temporal na vida social. Para Braudel, os cientistas sociais em geral, e não somente Lévi-Strauss, se equivocam ao desprezarem a pesquisa do passado, ao tentarem escapar à duração, à explicação histórica. Eles erram quando consideram a explicação histórica como "empobrecida, simplificada, reconstruída, fantasmagórica". Para Braudel, os cientistas sociais evadem do tempo histórico por dois caminhos opostos: o *eventualista*, e dialoga com a sociologia de Georges Gurvitch, que valoriza em excesso os estudos sociais, fazendo uma sociologia empirista, limitada ao tempo curto do presente, à enquête viva, servindo aos governos atuais; o *estruturalista*, que suprime a diacronia, a sucessão dos eventos, a mudança. Lévi-Strauss ultrapassa o tempo vivido imaginando uma formulação matemática de estruturas quase intemporais. Seu objetivo é ultrapassar a superfície de observação para atingir a zona dos elementos inconscientes dos quais se possa analisar as relações, esperando perceber as leis da estrutura simples e gerais.

Para Braudel, quem opõe evento e estrutura e se detém ou no evento ou na estrutura são o sociólogo e o antropólogo. O historiador não comete este

erro de análise. Ele os articula em uma "dialética da duração". Por isso, para ele, é importante afirmar com força a importância e a utilidade da história, que trata das durações sociais, dos tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens. O historiador se interessa pelo que é mais importante na vida social: a oposição viva, íntima, repetida, entre o instante e o tempo lento a passar. A história dos Annales, ao não se restringir ao tempo do evento, curto, individual, acontecimental, não produz mais a narrativa dramática e precipitada da história tradicional. Os Annales não narram apenas a sucessão dos eventos, que consideram barulhenta, explosiva, fumaça que ofusca a consciência dos contemporâneos, pois não dura. O historiador dos Annales já sabia que o tempo curto é a mais caprichosa e ilusória das durações e tinha levado a história tradicional a ser também caprichosa e enganadora. Mas, a história dos Annales também não se deixou enganar pelo conceito de "estrutura social" e não aceitou a imobilidade, a perenidade, a intemporalidade atribuída à vida social. Na história não pode haver sincronia perfeita. Uma parada instantânea, que suspenda todas as durações ou é um absurdo ou é muito abstrato. Em história, para Braudel, não há "estrutura", mas "longa duração".

A "longa duração" não é uma imobilidade sem mudança, não é uma ausência de duração. É uma "duração longa", i.é., uma mudança lenta, um tempo que demora a passar. Quando entrou no trabalho do historiador, a perspectiva da "longa duração" o transformou. A história mudou de estilo, de atitude, passou a ter uma nova concepção do social. A "estrutura histórica" ou "longa duração" é uma arquitetura, uma realidade que o tempo gasta lentamente. A "longa duração" é suporte e obstáculo. Como obstáculo, ela se refere aos limites que os homens não podem ultrapassar: quadros geográficos, realidades biológicas, limites de produtividade, quadros mentais. São "prisões de longa duração". Como suportes, elas são a base que sustenta todo empreendimento humano, que explica a história. O historiador, portanto, há muito não comete o erro cometido pelos cientistas sociais: não opõem evento e estrutura. Ele articula durações curtas, médias e longas. A história dos Annales é mais econômico-social-mental do que política e faz outro corte do tempo social, uma outra periodização, articulando o tempo curto a ciclos, interciclos, de 10 a 60 anos, a tempos mais longos de 100 a 1000 anos. Por dispor de uma temporalidade nova, o historiador dos Annales podia recorrer a métodos quantitativos, aos modelos, às matemáticas sociais, à informática.

O historiador dos Annales admite que há um inconsciente social, um pensamento coletivo irrefletido, que aparece em fontes massivas, seriais. Ele já utiliza desde os anos 20/30 modelos simples ou complexos, qualitativos e quantitativos, estáticos e dinâmicos, mecânicos e estatísticos na sua análise dessas semi-imobilidades profundas. Mas, esta aceitação do tempo longo e o uso de modelos não impediram a abordagem da mudança. Os modelos são confrontados à duração e valem o quanto dura a realidade que eles registram. As estruturas não são eternas, não há homem eterno. Os modelos são como

navios que flutuam por algum tempo e depois naufragam. O historiador se interessa sobretudo pelo momento do naufrágio, quando o modelo encontra o seu limite de validade. Lévi-Strauss trata de fenômenos de muito longa duração: mitos, proibição do incesto, como se as matemáticas qualitativas pudessem revelar o segredo de um homem eterno. Mas, para Braudel, as matemáticas qualitativas podem ser muito eficientes para as sociedades mais estáveis estudadas pelo antropólogo, mas terão a sua prova de fogo quando tratarem das sociedades modernas, "quentes", dos seus problemas encavalados, das velocidades diferentes da sua vida. As matemáticas sociais devem reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, durações, rupturas, variações e só o historiador poderá realmente testá-las.

Enfim, o historiador não foge do evento e nem da estrutura e não simplifica a sua análise da vida social. Ele não sai jamais do tempo da história, que cola ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro. Ele até desejaria evadir-se da temporalidade, como Lévi-Strauss. Braudel mesmo, no cativeiro nazista, quis escapar àqueles eventos difíceis dos anos 40. Ele quis recusar o tempo dos eventos, para olhá-los de longe, julgá-los melhor e não acreditar muito neles. Quando os historiadores dos Annales fazem a "dialética da duração", eles passam do tempo curto ao tempo longo e retornam ao tempo curto reconstruindo o caminho já feito. Mas, esta operação é "temporalizante" e não lança para fora do tempo histórico, que Braudel descreve como "imperioso, pois irreversível, concreto, universal". O tempo histórico é exterior aos homens, exógeno, e os empurra, obriga, oprime. Lévi-Strauss só poderia escapar ao tempo da história se emigrasse para uma aldeia indígena. Mas, lá também o tempo da "grande história" chegou de forma arrasadora e não foi possível restabelecer, reequilibrar ou reestruturar quase nada! Em relação aos indígenas americanos e do mundo todo, a história venceu a etnologia. As "sociedades frias" evaporaram sob o calor causticante, nuclear, do tempo histórico.

17

Para Burguière, "pouco estruturalismo afasta da história; muito estruturalismo exige o retorno à história". O historiador usa os métodos estruturalistas não para fugir ao barulho e furor da instabilidade da realidade histórica, mas para observar melhor as transformações e se manter o mais perto da sua tarefa: *a análise da mudança*. Em seu artigo de 1958, Braudel convocou as ciências sociais ao trabalho interdisciplinar, em equipes, para a obtenção a mais ideal possível de uma "visão global" da vida social. Para os Annales, a história só voltaria a ter a força que teve antes do século XX se voltasse a dialogar e a trabalhar em conjunto com as suas irmãs gêmeas e siamesas. É melhor que se aliem, pois o litígio sobre a qual delas deveria caber a maior parte da herança de Heródoto só poderia levá-las ao fracasso na obtenção do conhecimento o mais fecundo e eficiente da vida dos homens em sociedade. A história dos Annales é interdisciplinar: etno-história ou história antropológica, histórica social, história demográfica, geohistória, história econômica, história imediata (em aliança com o jornalismo/mídia), psico-história etc. (Burguière, 1971)

Braudel defende a melhoria das relações entre os cientistas sociais entre si e com a história e a filosofia. As interfaces são inúmeras, as pesquisas comuns devem ser empreendidas através do diálogo, da “troca de serviços”, da comunicação conflituosa/respeitosa, do empréstimo e apropriação/ressignificação recíprocas de bibliografia, técnicas, temas e problemas. Os nossos paradigmas são os mesmos: os filósofos Kant, Hegel, Nietzsche, os sociólogos Marx, Weber, Durkheim, os antropólogos Mauss, Franz-Boas e Lévi-Strauss, os historiadores Ranke, Bloch e Braudel, sem mencionar os geniais médicos-psicólogos e literatos. Ou o melhor caminho para as ciências humanas seria continuar lutando entre si por verbas, lugares institucionais e reconhecimento “científico” com a faca entre os dentes?

Bibliografia

- ARANTES, Paulo. **Um Departamento Francês de Ultramar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRAUDEL, Fernand. “La Longue Durée”. In **Écrits sur l’Histoire**. Paris: Flammarion, 1969.
- BURGUIÈRE, André. Histoire et Structure. In **Annales ESC**, nº 3. Paris: A. Colin, mai/juin, 1971.
- CLEMENT, Catherine. **Claude Lévi-Strauss**. Paris: PUF, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie Structurale**. Paris: Plon, 1958.
- _____. **La Pensée Sauvage**. Paris: Plon, 1962.
- _____. “Le Temps du Mythe”. In **Annales ESC**, nº 3 e 4. Armand Colin: Paris, mai/août/1971.
- MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Vértice/ Idep/Finep, 1989.
- PIAGET, Jean. **Le Structuralisme**. Paris: PUF, 1970.
- REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: a Contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **A Escola dos Annales, A Inovação em História**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (1ª ed. 2000)
- _____. **Wilhelm Dilthey e a Autonomia das Ciências Histórico-sociais**. 2ª ed. Londrina: Eduel, 2005. (1ª ed. 2003)
- AGUIRRE ROJA, Carlos A. **Fernand Braudel e as Ciências Humanas**. Londrina: Eduel, 2003.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Edusp, s/d.